



A relação entre concepções de esporte e as políticas públicas do setor na gestão municipal: uma análise a partir de gestores

The relationship between sport conceptions and the public policies of the sector in municipal management: an analysis from managers


La relación entre las concepciones deportivas y las políticas públicas del sector en la gestión municipal: un análisis a partir de los gerentes

Pedro Henrique Iglesias Menegaldo 

Universidade Federal de Maringá, Brasil - pedromenegaldo@hotmail.com

Vinicius Machado de Oliveira 

Universidade Federal de Maringá, Brasil - oliveira_vm@hotmail.com

Jeferson Roberto Rojo 

Universidade Federal de Maringá, Brasil - jeferson.rojo@hotmail.com

Eduard Angelo Bendrath 

Universidade Federal de Maringá, Brasil - bendrath@gmail.com

Andréia Paula Basei 

Universidade Federal de Maringá, Brasil - andreiabasei@yahoo.com.br

Fernando Augusto Starepravo 

Universidade Federal de Maringá, Brasil - fernando.starepravo@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste estudo foi identificar as concepções de esporte dos gestores públicos municipais e sua inter-relação com as ações promovidas no subcampo das políticas públicas de esporte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva e de campo, na qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada com gestores municipais de esporte de uma microrregião central do estado do Paraná/Brasil. Os dados foram categorizados e analisados mediante a Análise de Conteúdo. O estudo evidencia que os conceitos de esporte não são compatíveis aos tipos de ações promovidas pelas instituições públicas. Se infere que no *habitus* dos agentes no interior do subcampo, há em certa medida, a internalização de representações objetivas e formas tradicionais de fazer política no esporte. Esse cenário implica em fragilidades no desenvolvimento esportivo regional, em função da unilateralidade das políticas do setor, sobretudo no contexto dos municípios de pequeno porte, que em certa medida, dependem de iniciativas do poder público local.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Esporte, Gestores, Desenvolvimento.

Abstract

The aim of this study was to identify the sports conceptions of municipal public managers and their interrelation with the actions promoted in the subfield of public sports policies. This is a qualitative, descriptive and field research, in which a semi-structured interview with municipal sports managers from a central micro-region of the state of Paraná / Brazil was applied. The data were categorized and analyzed using Content Analysis. The study shows that the concepts of sport are not compatible with the types of actions promoted by public institutions. It is inferred that in the *habitus* of agents within the subfield, there is, to a certain extent, the internalization of objective representations and traditional ways of doing politics in sport. This scenario implies weaknesses in regional sports development, due to the unilateral nature of the sector's policies, especially in the context of small municipalities, which to a certain extent, depend on local government initiatives.

Keywords: Public Policies, Sport, Managers, Development.



Resumén

El objetivo de este estudio fue identificar las concepciones sobre el deporte de los gestores públicos municipales y su interrelación con las acciones impulsadas en el subcampo de las políticas públicas deportivas. Se trata de una investigación de campo cualitativa descriptiva, en la que se aplicó una entrevista semiestructurada con gestores deportivos municipales de una microrregión central del estado de Paraná/Brasil. Los datos fueron categorizados y analizados utilizando el Análisis de Contenido. El estudio muestra que los conceptos de deporte no son compatibles con los tipos de acciones que promueven las instituciones públicas. Se infiere que en el habitus de los agentes dentro del subcampo existe, en cierta medida, la interiorización de representaciones objetivas y formas tradicionales de hacer política en el deporte. Este escenario implica debilidades en el desarrollo deportivo regional, debido a la unilateralidad de las políticas del sector, especialmente en el contexto de pequeños municipios, que, en cierta medida, dependen de las iniciativas de los gobiernos locales.

Palabras Clave: Políticas Públicas, Deporte, Gerentes, Desarrollo.

Introdução

O esporte no contexto atual é alvo de estudos em diversos campos do conhecimento, se transformando em referência ou pautas de projetos políticos e programas sociais, sendo também produto de vários mercados de consumos globais, que por sua vez, lhe proporciona novos contornos a serem analisados e avaliados nos contextos históricos, políticos, culturais, sociais e econômicos (Marchi Júnior, 2016).

Com relação à pluralidade e especificidades inerentes ao esporte, Bourdieu (2003) o caracteriza como um campo específico, denominado campo esportivo. A consolidação enquanto campo se deu a partir da existência de condições sociais que possibilitaram a constituição de um sistema de instituições e agentes diretamente relacionados à existência de práticas e consumos esportivos, em agrupamentos públicos ou privados, que visam garantir a representação e defesa dos interesses dos envolvidos em determinada atividade esportiva, elaborar e aplicar regulamentações que irão conduzir estas práticas, assim como vendedores e produtores de bens, serviços e espetáculos associados às modalidades esportivas (Bourdieu, 2003).

Tais circunstâncias são resultados do alastramento do esporte em diversas esferas sociais, com contornos históricos diferentes em cada nacionalidade. A respeito disso, especificamente no Brasil, pode-se considerar que a Constituição Federal de 1988 representa um marco na história do esporte nacional, em função de se tornar um direito dos cidadãos e responsabilidade do Estado em assegurar-lo em nível federal, estadual e municipal (Brasil, 1988).

Dentro dessa conjuntura destaca-se o papel das secretarias e/ou departamentos municipais de esporte, sendo considerada uma das principais organizações na promoção de políticas públicas para o setor, por vezes, formada por uma infinidade de agentes e estruturas, com redes que apresentam implicações diretas e decisivas nesta esfera de ação pública (Starepravo & Mezzadri, 2013).

Tomando-se como aporte a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, este setor da gestão municipal pode ser caracterizado como o subcampo das políticas públicas de esporte, em função da interação entre dois campos, a saber: o campo esportivo e o campo político (Mezzadri, Silva & Figuerôa, 2015). Essa noção de campo remete a um espaço com leis e regras, em que há disputas e tomadas de posições, um campo de forças e de lutas em constante movimentação que pode gerar efeitos para a conservação ou transformação deste campo (Bourdieu, 2004a).

Os campos são compostos por agentes, que ao mesmo tempo em que criam os espaços, mantém sua existência a partir das relações estabelecidas no mesmo, assim como pelo *habitus*¹ que

¹ Bourdieu (1983, p. 61) define *habitus* como “[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessários para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um agente”.

praticam e compartilham no interior desses campos. De acordo com Bourdieu (2004a), os agentes desempenham funções fundamentais na dinâmica das ações do campo em que estão inseridos. Nesse sentido, no âmbito do subcampo das políticas públicas de esporte, os gestores das secretarias ocupam o cargo máximo na hierarquia organizacional destes espaços, assim sendo, tais agentes podem ser considerados um dos principais responsáveis no processo de elaboração, implementação e avaliação das ações públicas de esporte (Starepravo, Mezzadri & Marchi Júnior, 2015).

Dada à importância destes agentes na constituição do subcampo das políticas públicas de esporte, surge o seguinte problema de pesquisa: a concepção de esporte dos gestores públicos municipais apresenta influências direta ou indiretamente na elaboração e implementação das políticas públicas neste setor? A hipótese inicial é que as concepções de esporte dos gestores apresentam inter-relação positiva no direcionamento das políticas esportivas desenvolvidas nas instituições.

Com intuito de investigar tal questão, o objetivo deste estudo foi identificar as concepções de esporte dos gestores públicos municipais e sua inter-relação com as ações promovidas no subcampo das políticas públicas de esporte. Estudos dessa natureza tornam-se importantes para compreender aspectos inerentes ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte na gestão pública municipal, apresentando elementos que possam nortear uma nova compreensão deste espaço em contextos locais e regionais.

Cabe destacar a carência de estudos que procuraram investigar esta relação, sendo possível verificar na literatura pesquisas que identificam concepções de esporte presentes em documentos de políticas esportivas (Silva, Silveira & Borges, 2010), bem como diagnósticos de percepção e orientação do esporte atribuída pelos agentes de programas específicos (Antunes & Silva, 2018; Rizzo et al., 2016). Além disso, muitas investigações em âmbito municipal procuram analisar temas relativos a programas e projetos, aspectos de gestão, formação de agentes, planejamento e implementação, participação popular, sendo essas as principais linhas investigativas presentes na literatura, como evidencia o estudo de Silva (2018). No entanto, estudos atrelados às concepções do esporte e sua influência na elaboração e implementação das políticas públicas por gestores esportivos ainda são incipientes na literatura, por isso, o estudo aqui propositado traz contribuições e reflexões nesse sentido.

Caminhos metodológicos

Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa descritiva e de campo. A pesquisa foi desenvolvida em uma microrregião do estado do Paraná-Brasil, situada na região norte central do estado, sendo composta por 15 municípios de pequeno porte I e II², com IDHM³ médio e população de aproximadamente 137.442 habitantes ao total (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010).

O critério para seleção dos municípios foi realizar a pesquisa com cidades que possuíam população acima de 5.000 habitantes, resultando em 10 municípios que se enquadravam neste aspecto. Os participantes da pesquisa foram os agentes públicos responsáveis pela pasta esportiva dos municípios selecionados. Os critérios de seleção dos agentes foram: a) ser secretário e/ou chefe de departamento ou divisão de esporte do município; b) desenvolver atividades relacionadas ao gerenciamento do esporte; c) ter vínculo contratual com a secretaria ou departamento de esporte; d) aceitar participar da pesquisa mediante assinatura da Autorização para a Pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

² Os municípios de pequeno porte I possuem população com até 20.000 habitantes e de pequeno porte II com 20.000 a 50.000 mil habitantes (IBGE, 2010).

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta por três dimensões de indicadores de desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.



Perante os critérios aludidos, apenas um gestor alegou indisponibilidade para participar da pesquisa durante o período de coleta de dados. Portanto, participaram da investigação 09 gestores, que estão caracterizados no quadro abaixo.

Quadro 1: Caracterização dos gestores participantes da pesquisa.

Gestor	Sexo	Formação	Cargo	Tempo de Experiência
G1	M	Educação Física	Secretário de Esportes e Turismo	2 anos
G2	M	Ensino Fundamental	Chefe do Departamento de Esporte	3 anos
G3	M	Educação Física	Diretor de Esporte	16 anos
G4	M	Educação Física	Diretor de Esporte	+ 18 anos
G5	M	Graduando de Direito	Secretário de Esportes	1 ano e 6 meses
G6	F	Educação Física	Diretora de Esportes	2 anos
G7	M	Educação Física	Chefe de Divisão de Esporte e Lazer	1 ano e 6 meses
G8	M	Ensino Médio Incompleto	Diretor de Esporte	Recém-ingresso ao cargo
G9	M	Ensino Médio Completo	Diretor de Esportes	1 ano

Fonte: autores.

Antes de adentrar nos demais procedimentos metodológicos da pesquisa, cabe ressaltar que o projeto pertinente ao estudo foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (processo n.º 5.478/2014) e obteve parecer favorável à sua realização. Para fim de assegurar o anonimato da pesquisa serão utilizados códigos (G1 a G9) para identificação dos gestores.

O instrumento de coleta de dados utilizado no estudo foi a entrevista semiestruturada. No primeiro momento procurou-se investigar o entendimento dos gestores sobre o esporte e, posteriormente, levantar as políticas desenvolvidas pelas organizações públicas de esporte. As entrevistas foram agendadas previamente com os gestores, mediante apresentação do objetivo do estudo e aceitação do mesmo em participar da investigação. Todas as entrevistas foram gravadas digitalmente e transcritas em sua íntegra.

Os dados obtidos foram categorizados e analisados em conformidade com o método de Análise de Conteúdo, que consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicações, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos que possibilitam descrever os conteúdos das mensagens que compõem os dados de investigação (Bardin, 2011). Deste modo, efetuou-se este procedimento a partir das três fases do método: a *pré-análise*, que consistiu na leitura flutuante e preparação do material; a *exploração do material*, sendo realizado o processo de codificação das informações, por meio de classificação e agregação do conteúdo; e o *tratamento dos resultados e interpretações* acerca das inferências e análise dos resultados obtidos na pesquisa (Bardin, 2011).

Na análise de conteúdo foi empregado o método de análise categorial, que corresponde ao conjunto de elementos com título genérico, por meio do agrupamento de informações com características comuns (Bardin, 2011). Sendo assim, as categorias da pesquisa foram estabelecidas *a priori*, sendo estas: a) concepções de esporte dos gestores públicos municipais; b) políticas públicas de esporte ofertadas pela gestão do município.

Apresentação e discussão dos resultados

Na organização dos dados da pesquisa foram agrupados o conjunto de elementos que evidenciam similitudes e os casos específicos de diferenciação no interior de cada categoria do estudo, sendo tais resultados apresentados e analisados nas sessões a seguir.

Concepções de esporte dos gestores públicos municipais

No decorrer do processo de análise das respostas dos gestores acerca do entendimento sobre o esporte foi possível identificar diferentes percepções sobre este fenômeno, principalmente em relação à forma como o mesmo se manifesta e se faz presente no meio social. Nesse sentido, verificou-se a existência de cinco concepções sobre o esporte nas respostas dos gestores.

A mais representativa do estudo refere-se à concepção do esporte a partir da manifestação do lazer, sendo compreendido como o esporte acessível a diversos públicos e praticado com intuito de promover qualidade de vida e divertimento aos seus praticantes. Tais características são apresentadas pelos agentes G3, G5, G6 e G9.

[...] é o meio do cidadão que não é esportista de poder praticar também, não só o esportista... só atleta, mas também o cidadão comum [...] (G3).

O esporte hoje é uma peça fundamental pro ser humano, tanto pra questão de saúde, ter um bom condicionamento físico, é questão assim de caminhada é qualidade de vida, então eu acho que hoje o esporte está sendo fundamental pra qualidade de vida (G9).

A manifestação esportiva apresentada pelos gestores é caracterizada pela não-formalidade da prática e dos espaços, em que as regras não seguem necessariamente a rigidez estabelecida formalmente por instituições representativas das modalidades, sendo uma perspectiva que apresenta maior flexibilidade, com regras muitas vezes adaptadas, criadas e subvertidas, assim como a utilização dos espaços podem seguir esta mesma lógica (Starepravo & Reis, 2009).

As concepções apresentadas neste contexto remetem a dimensão do esporte de participação associada às características orientadas para o lazer, que compreende o esporte praticado espontaneamente e associado à perspectiva da saúde, no que se refere à qualidade de vida que o esporte pode proporcionar aos seus praticantes (Tubino, 2010; Marchi Júnior & Afonso, 2007).

Além deste entendimento sobre a forma de praticar e os benefícios associados a estas práticas com características mais participativas, outro entendimento representativo entre as concepções apresentadas refere-se à dimensão do esporte educacional, enquanto ferramenta de formação dos sujeitos. Esta compreensão foi apresentada na fala dos agentes G3, G5 e G7:

Ah, o esporte é uma ferramenta muito importante pra educação, primeiro ele é motivador, ele é uma competição e dentro da competição o aluno vai aprender a disciplina, ter horário previsto, vai aprender a convivência social, respeitar o adversário, ele vai melhorar as condições da saúde dele através da atividade, vai servir de lazer... então é muito importante (G3).

Meu entendimento não é formar só atleta, meu entendimento é formar cidadão (G7).

A vertente educacional do esporte manifestada pelos gestores expressa o entendimento de que o esporte possibilita a formação e desenvolvimento em diversos aspectos que compreendem o ser humano, tendo por meio da manifestação do esporte-educação, o princípio formativo para a preparação do exercício da cidadania. Esse conteúdo socioeducativo está baseado nos princípios constitutivos da participação, cooperação, co-educação, integração e responsabilidade (Tubino, 2006).



Na direção desse prisma acerca do esporte, dotado de características formativas e socioeducativas, desdobram-se alguns entendimentos de que o mesmo é capaz de promover transformação social, a partir de uma expectativa salvacionista dos problemas sociais, sendo esta compreensão constatada no discurso dos gestores G5 e G8:

[...] a gente tem movimento que é pra isso mesmo, tirar o pessoal, as crianças das ruas e ir ‘pras’ escolinhas, temos em dois horários e, então o que eu tento fazer, que nós tentamos fazer é bastante escolinhas, é bastante campeonato e fazer um torneio pra motivar esse povo, pra motivar o público e tirar principalmente essas crianças das ruas, vindo através da nossa secretaria, vir a ajudar eles no esporte (G5).

O esporte em geral hoje é um mecanismo muito grande pra ser usado pra que possa educar a sociedade, assim no geral, acho que educar, fazer um trabalho em parceria com as escolas e tirar essa criançada da rua, das drogas, nossas crianças, nossos adolescentes, se for usada da maneira certa, correta (G8).

Essas concepções exprimem o entendimento do esporte como uma ferramenta capaz de superar as mazelas sociais, porém, pode-se considerar que tal discurso no imaginário social, por vezes, é carregado de certa ingenuidade ao abordar essa finalidade da prática esportiva. Segundo Romera (2013), essa visão trata-se de uma crença recorrente que é expressa pelos agentes e gestores, por meio de discursos apaixonados e, muitas vezes, inflamados de boas intenções, em que se acredita que as atividades de esporte e lazer podem proteger ou salvar crianças e adolescentes das ruas, drogas e marginalidade, através do controle e ocupação de seu tempo livre, tratando de maneira simplista a complexidade presente nessas questões sociais.

Tal imaginário é apresentado de forma superficial, pois não considera a complexidade do tema, tornando-se imprescindível ter abordagens multifocais e políticas públicas intersetoriais planejadas e implementadas em conjunto com outros segmentos públicos, tais como formação profissional, educação, emprego, saúde, transporte, entre outros (Romera, 2013). A importância de tais políticas ligadas a outros segmentos sociais é fundamental, pois somente a prática esportiva não garante a resolução destes problemas e, por vezes, pode vir a atuar apenas como coadjuvante nesse processo.

Além dessa concepção, outro entendimento apresentado de forma rudimentar pelos agentes reporta-se ao ideal de que o “esporte é tudo”, ou seja, que diversas práticas se caracterizam como atividades esportivas. Esta perspectiva foi apresentada pelos gestores G4 e G6:

Olha eu considero desde uma criança é chutando uma lata na rua... até de uma competição nossa que a gente coloca como foco maior que são os jogos oficiais oferecidos pelo Estado, pra mim todos são esportes. [...] uma brincadeira chutando uma bolinha de papel ou até você participando dos jogos tudo é esporte (G4).

Ah, o esporte pra mim é tudo, eu acho que aqui o único... único lazer que todo mundo tem aqui é o esporte [...] (G6).

Quanto ao entendimento de que o “esporte é tudo” ou que “tudo é esporte”, podemos inferir que este se enquadra parcialmente ao conceito de pluralidade do esporte. Bourdieu (2004b) expõe que o entendimento do esporte como um objeto plural é passível de diversas formas de apropriações por diferentes pessoas, abrangendo os indivíduos que o praticam, os que o assistem e os responsáveis por sua oferta. Neste sentido, sua interpretação e utilização se baseiam sobre as óticas subjetivas, mesmo que ainda possam receber influências de critérios objetivos.

Essa concepção apresentada de forma vaga, isto é, desprovida de caracterizações deste fenômeno social implica, ao mesmo tempo, não conceituá-lo claramente quanto à forma que o esporte se faz presente no meio social, isto é, como se manifesta na vida das pessoas, relativo aos interesses e objetivos com a prática esportiva. Sendo assim, a falta de clareza no entendimento do esporte pode apresentar implicações no processo de formulação de políticas públicas, principalmente em relação à leitura dos interesses da população e contexto sociopolítico no

processo de implementação das ações, que poderá acarretar a falta de objetividade e consistência em seus projetos.

De modo geral, as concepções por ora apresentadas mostraram um entendimento, por vezes, parcial do fenômeno esportivo. Diferentemente destas, podemos notar na resposta do gestor G1, uma visão ampla do esporte, em função de apontar indícios de múltiplos sentidos associados ao mesmo:

Acredito eu que o esporte é algo que... algo quase que inerente ao ser humano você precisa do esporte para todos aspectos, você faz enfim, tanto nos aspectos fisiológicos, psicológicos né... o esporte, claro aí vai definir também o esporte rendimento, esporte social, o esporte... enfim, mas ele é imprescindível na vida de qualquer ser humano, acredito eu (G1).

Os vários significantes presentes no esporte podem ser vistos a partir da compreensão de sua polissemia contemporânea. Conforme Marchi Júnior (2016), esse caráter polissêmico possibilita a interpretação dos múltiplos sentidos, formas e funções que o fenômeno esportivo permite e prescreve. O autor salienta que talvez seja impossível encontrar uma versão final sobre o conceito de esporte, em razão do mesmo ser amplo, complexo e com várias perspectivas de análise.

Deste modo, Marchi Júnior (2016) a partir de um conjunto de reflexões e definições propõe compreender o esporte como um fenômeno processual físico, social, econômico e cultural, que se faz presente no contexto de vários povos intercontinentais, que tem se popularizado globalmente na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, vem redimensionando seu sentido por intermédio das lógicas contextuais dos meios de mercantilização, profissionalização e espetacularização.

Diante dos dados podemos notar que as concepções de esporte apresentadas são por vezes equivocadas e restritivas, em sua maioria direcionada parcialmente a uma forma de manifestação do esporte no meio social. Tendo em vista que tais agentes ocupam posições privilegiadas no interior desse subcampo, neste caso, o cargo maior nas organizações públicas de esporte, indicado pelo Estado para representá-lo e autorizado a falar em nome da área, pressupõe-se que o mesmo deveria ser especialista no assunto.

Tais aspectos estão diretamente ligados à questão de que os gestores exercem papel determinante na definição de políticas de esporte, sendo os principais responsáveis pela formulação e implementação dessas ações (Zardo, Souza & Starepravo, 2018; Starepravo, Mezzadri & Marchi Júnior, 2015), e mediante variados meios e fins, disputas e forças presentes no conjunto de relações no interior desse subcampo, os agentes tendem a conservar ou transformar as estruturas, a depender de seu *habitus* e dos capitais que dispõem (Bourdieu, 2008). Nesse sentido, torna-se interessante levantar e analisar a orientação das políticas desenvolvidas nos órgãos desse setor, para verificar a lógica de funcionamento e contrastar com as percepções apresentadas pelos responsáveis das pastas esportivas.

As políticas públicas de esporte ofertadas na gestão municipal

O segundo momento das entrevistas procurou investigar as ações de esporte em desenvolvimento nas secretarias e departamentos dos municípios e sua inter-relação com as concepções apresentadas pelos gestores. Foi possível constatar que as políticas em desenvolvimento se baseavam, principalmente, em duas vertentes.

As políticas mais representativas desenvolvidas nas organizações municipais de esporte eram as denominadas escolinhas das modalidades esportivas, destacadamente dos esportes considerados tradicionais, a saber: voleibol, basquetebol, handebol, futebol e com maior predominância o futsal. Essas eram as principais políticas desenvolvidas nos municípios dos gestores G1, G3, G4, G5, G6, G7 e G9, como é possível observar nas respostas apresentadas por tais agentes:

As principais ações, nós temos hoje... uma das principais ações hoje que se chama projeto Bom de Esporte Bom na Escola, nós temos aproximadamente 120 meninos e mais ou menos 60 meninas que participam das nossas escolinhas de futsal, tênis de mesa e voleibol (G 1).



Então o maior programa que a gente tenta fazer assim no município é as escolinhas mesmo sabe, que é tentar focar sempre nas escolinhas pra ir pra frente [...]. Nós trabalhamos quase todas as modalidades, trabalhamos no futsal masculino e feminino, basquete masculino e feminino, voleibol masculino e feminino (G5).

Vou falar pra você, ação de esporte aqui é só o treino 'pros' meninos, os que vão para jogos e a montar campeonatos (G7).

Então hoje na escolinha de futsal, hoje na última contagem que a gente fez deu quase 150 criancinhas e a gente voltou tá com uns quinze dias a gente voltou os treinamentos [...] e aqui também tem outro distrito né também a professora dá treinamento lá também (G9).

Além das ações direcionadas para as escolinhas de algumas modalidades esportivas tradicionais, somente os gestores G1, G5, G6 e G9 relataram o desenvolvimento de outros projetos envolvendo esportes como: xadrez, tênis de mesa, lutas e dança. Verificou-se, em alguns casos, que os projetos em desenvolvimento são direcionados a manifestação do esporte de participação, porém há uma forte tendência também para o aspecto do esporte de formação.

A perspectiva do esporte de formação é caracterizada pela iniciação aos conhecimentos e desenvolvimento de habilidades esportivas, tendo como objetivo promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática esportiva em termos recreativos, competitivos ou de alto rendimento (Brasil, 1998). No contexto analisado torna-se evidente o foco na formação esportiva, direcionada a representatividade nas modalidades em competições esportivas. Infere-se que esse enfoque seja em função de adquirir credibilidade mediante resultados obtidos em competições regionais e assim legitimar o trabalho desempenhado na gestão como forma de conferir um capital institucionalizado e simbólico, que proporciona em determinado período, um mecanismo de reconhecimento e distinção no esporte (Marchi Júnior, 2016).

Acerca do capital simbólico, Bourdieu (2009) assinala que este corresponde a um capital de qualquer espécie, que é percebido por um agente dotado de categorias de percepção derivados da apropriação da estrutura de sua distribuição, o qual é conhecido e reconhecido como algo incontestável, diz respeito ao reconhecimento da legitimidade, em que o mundo comum é apreendido como sendo uma coisa clara, natural, em consequência da causalidade entre as estruturas objetivas e das estruturas incorporadas. Sendo assim, o enfoque das políticas desenvolvidas pode promover tanto a participação esportiva quanto caminhar para a lógica de se obter e preparar atletas voltados ao esporte de rendimento, fortalecendo as modalidades representativas da gestão municipal e, ao passo que as mesmas resultem em resultados de pódio esportivo, atribui visibilidade e se torna uma forma de legitimar suas ações em diversos setores sociais. No entanto, cabe à gestão governamental levantar as necessidades sociais do esporte e direcionar recursos que possibilitem o acesso e o desenvolvimento do esporte em suas diferentes manifestações e para diferentes públicos, de modo a ampliar a cultura e o desenvolvimento esportivo local.

Ao encontro dessas questões levantadas, localiza-se a outra vertente de ações promovidas pelas secretarias e departamentos dos municípios, que corresponde às políticas voltadas a participação e organização de competições e torneios esportivos. Esse tipo de política foi mencionado pelos gestores G2, G7 e G8, sendo considerada uma das principais intervenções da pasta esportiva em seus respectivos municípios:

Atualmente campeonato de futsal masculino e infantil sub 10, feminino livre já tá em competição também e o campeonato de futebol de campo regional que as rodadas acontecem somente no nosso município (G2).

[...] agora o município tá parado o que a gente tá fazendo agora... está organizando agora já um campeonato de futebol suíço para população começar já um campeonato de futebol, de futsal, pra categoria 98/99, 2000/2001, 2002/2003 entre o município e o distrito né [...] então a gente está fazendo cronograma para o ano de competições e o projeto como eu disse

investi nessas categorias de base pra que o esporte possa resgatar a credibilidade que tinha (G8).

A ênfase atribuída aos eventos e programas de esporte direcionados à competição e representatividade, tem relação com o que aponta Mezzadri (2000), de corresponder a um fato histórico, que revela a reprodução das práticas historicamente executadas, em que o esporte não é adequadamente estruturado em conjunto com a sociedade, e em certa medida, apresenta contornos seletivos. O autor revela em seu estudo que este modelo é visto nas práticas esportivas da sociedade desde os anos de 1950, vindo a acrescentar a necessidade de questionar e rever o papel das políticas públicas em relação ao desenvolvimento do esporte. O autor ressalta ainda a existência histórica de desigualdades na distribuição dos recursos financeiros na área do esporte, que geralmente são direcionados ao esporte voltado à perspectiva do rendimento, beneficiando apenas um grupo de sujeitos (atletas, técnicos e dirigentes), em detrimento ao esporte para a sociedade, seja na escola ou para o lazer.

Na direção desses aspectos da política de esporte, no estudo foi possível evidenciar, junto aos gestores, que o planejamento das ações de esporte eram orientados para o calendário esportivo (participação e organização de competições regionais e estaduais), com recursos financeiros destinados a esse tipo de política, mostrando a desproporcionalidade em relação a outras facetas esportivas e carência de um planejamento estratégico que favorecesse a formulação e implementação de projetos esportivos de participação e educação, que permitisse ampliar o acesso e o estabelecimento de relações duradouras com as práticas esportivas.

Relativo à intervenção do poder público municipal no esporte, Mezzadri & Starepravo (2008) relatam que essas organizações são uma das principais responsáveis por promover o acesso ao esporte e lazer, mas por vezes, acabam tendo deficiência em desempenhar tal função, isso pode ter relação com a reprodução de ações constituídas neste subcampo, como por fatores contingenciais presentes na gestão do esporte. Deste modo, arquitetam-se ações destinadas a pequenos grupos sociais, que não corroboram com a ampliação do dever universalista do Estado, vindo frequentemente a apresentar desconformidade entre oferta e demanda no subcampo, em função da demanda ser plural e diversificada, em contraste com a oferta restrita do poder público municipal, dadas as suas capacidades de promoção de políticas.

Procurando aproximar-se ao princípio das transformações das práticas e consumos esportivos, proposto por Bourdieu (2003), infere-se que as políticas públicas de esporte dos municípios pesquisados, em certa medida, não se baseiam nas transformações da demanda e sim pela estipulação da oferta como ações legítimas dentro do subcampo.

A correspondência que se observa entre as duas séries de transformações liga-se sem dúvida, aqui como noutros lugares, ao facto de o espaço dos produtores (quer dizer o campo dos agentes e das instituições que estão em condições de contribuir para a transformação da oferta) tender a reproduzir, nas suas divisões, as divisões do espaço dos consumidores: por outras palavras, os *taste-makers* que estão em condições de produzir ou de impor (ou ainda de vender) novas práticas ou novas formas das práticas antigas (como os desportos californianos ou as diferentes espécies de expressão corporal), bem como os que defendem as práticas antigas ou as antigas maneiras de praticar, cometem na sua acção as disposições e as convicções constitutivas de um *habitus* em que se exprime uma posição determinada no campo dos especialistas e também do espaço social, e encontram-se por isso predispostos a exprimir, e portanto a realizar por meio da virtude da objectivação, as expectativas mais ou menos conscientes das fracções correspondentes do público dos profanos (Bourdieu, 2003, p. 202).

De acordo com o contexto analisado infere-se que o *habitus* dos gestores municipais na esfera da atuação no cargo das secretarias/departamentos de esporte, por vezes, tende a reproduzir práticas antigas e historicamente instauradas na gestão pública de esporte, com ofertas que possivelmente não correspondem a diversidade da demanda. Essa dinâmica arraigada também pode ser verificada nos dados do estudo, mediante o descompasso e distanciamento das políticas pelas organizações e as principais concepções apresentadas pelos gestores.



Sob esta lógica, percebe-se que a incorporação do *habitus* dos gestores é caracterizada por diminuta reflexão sobre as ações, com tomada de decisões baseada no senso prático e distanciada da ótica de operação do Estado que priorize o público (Starepravo, Souza & Marchi Júnior, 2013). Sendo assim, um passo importante para essas organizações seria reavaliar o modo de intervenção das políticas de esporte local, de maneira a refletir sobre as demandas do campo esportivo, visando atribuir ressignificação das suas ações, valorizando novas práticas e *habitus* esportivos (Mezzadri & Starepravo, 2008), mesmo que tais mudanças na gestão municipal se dê sobre a lógica do processo incremental (Caiden & Wildavisky, 1980; Wildavisky, 1992), com pequenas alterações que paulatinamente gerariam reconfigurações substanciais no interior desse subcampo.

Considerações finais

A partir das análises foi possível observar que os gestores apresentam conhecimentos parciais sobre o esporte (salvo o G1), cujas compreensões orbitam em torno do esporte lazer e educacional, e também do senso comum na perspectiva salvacionistas e compreensão de que o “esporte é tudo”. Dessa forma, o desprovimento da compreensão da pluralidade e do caráter polissêmico deste fenômeno social, em alguma medida, podem direcionar os gestores à uma gestão que não contempla as diferentes interfaces e manifestações do desporto na contemporaneidade, sobretudo nesse contexto de modernização reflexiva, pelos quais além das práticas tradicionais, emergem um rol bastante diferenciado de atividades motrizes que vem ganhando espaço no cenário esportivo atual.

Nesse contexto, ao analisar as ações desenvolvidas nas secretarias e departamentos de esporte percebe-se certa desarmonia em relação ao entendimento desse fenômeno por parte dos gestores, uma vez que, as iniciativas de fomento ao esporte se limitam a criação de escolinhas esportivas e o incentivo a participação/organização de competições e torneios esportivos. A vista disso, nota-se, portanto, que tais iniciativas estão comumente atreladas a aspectos do esporte formação, rendimento e representatividade. Por se tratar de uma região composta por municípios de pequeno porte, caracterizados pela carência de iniciativas do setor privado e do terceiro setor, há certa dependência do poder público para o desenvolvimento de ações esportivas. Sendo assim, as políticas desenvolvidas em orientações unilaterais acabavam por criar fragilidades na abrangência do acesso e no desenvolvimento do esporte nessas localidades.

Diante do panorama analisado, pode-se dizer que as políticas públicas ofertadas não são compatíveis com as concepções que os gestores apresentam. Pressupõe-se que tais agentes no subcampo das políticas públicas de esporte, pela posição objetiva ocupada neste espaço social, compartilham do mesmo *habitus*, ou seja, de uma unidade de estilo de práticas e atividades desempenhadas por esta classe de agentes na gestão do esporte, que é construída historicamente na condução das políticas públicas de esporte local da região analisada. Logo, nota-se, como denomina Bourdieu (2008), que o sentido da prática no *habitus* desta classe de agentes no interior desse espaço social é dotado de um sistema de preferências e estruturas cognitivas duradouras, sendo produto da incorporação de estruturas objetivas.

Por fim, conclui-se apontando a necessidade de novos estudos acerca da temática, de modo a explorar os demais elementos imbricados no processo de formulação e implantação de políticas públicas de esporte, assim como a necessidade de uma imersão neste contexto, para melhor compreender a dinâmica do subcampo e desvelar elementos que interferem direta e indiretamente no gerenciamento das ações dentro das organizações públicas de esporte, tal como investigado neste estudo por via das concepções de esporte entre gestores esportivos.

Referências

- Antunes, S. E., & Silva, O. G. T. D. (2018). Entendimentos e concepções dos profissionais do Creas sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40, 170-176.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições, 70.
- Bourdieu, P. (2004b). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (2009). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (9. ed.). Campinas, SP: Papirus.
- Bourdieu, P. (1983). Esboço de uma teoria da prática. In: R. Ortiz (Ed.), *Pierre Bourdieu: sociologia* (pp. 46–81). São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (2004a). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil. (1998). *Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm
- Caiden, N., & Wildavisky, A. (1980). *Planning and Budgeting in Developing Countries*. New York: John Wiley.
- IBGE. (2010). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese dos Indicadores de 2009*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Marchi Júnior, W. (2016). O ESPORTE “EM CENA”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um Modelo Analítico. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, 5(1), 46-67.
- Marchi Júnior, W., & Afonso, G. F. (2007). Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: L. C. Ribeiro (Ed.). *Futebol e Globalização* (pp. 127-143). Jundiaí, SP: Fontoura.
- Mezzadri, F. M. (2000). *A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Mezzadri, F. M., Silva, M. M., & Figuerôa, K. M. (2015). Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista. *Motrivivência*, 27(44), 49-63.
- Mezzadri, F. M., & Starepravo, F. A. (2008). *A estrutura dos projetos de esporte e lazer nos municípios de Piraquara, São José dos Pinhais e Araucária*. In: 1º Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná.
- Rizzo, D. T. S., Aranha, Á. C. M., Freitas, C. M. S. M., Souza, A. P. M., Ramires, J. M., & Lopes, J. C. (2016). Concepções de gestores e monitores sobre o esporte no Programa Mais Educação: por uma pedagogização da prática esportiva. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 2(1), 1-9.
- Romera, L. A. (2013). Esporte, lazer e prevenção ao uso drogas: dos discursos equivocados aos caminhos possíveis. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 16(4), 1-19.
- Silva, A. F. Z. (2018). *A “anarquia organizada” nas políticas públicas municipais de esporte e lazer*. Dissertação de Mestrado. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Silva, D. S., Silveira, A. C. G., & Borges, C. N. F. (2010). *Concepções de esporte e lazer no Plano de Desenvolvimento ES-2025*. In: Anais do Congresso Sudeste de Ciências do Esporte, Niterói, RJ, Brasil.
- Starepravo, F. A., Mezzadri, F. M., & Marchi Júnior, W. (2015). Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 29 (2), 217-228.
- Starepravo, F. A., & Reis, L. J. A. (2009). Relações entre esporte, saúde e educação. *Revista Des-encuentros*, 8, 56 - 63.



Starepravo, F. A., Souza, J. D., & Marchi Júnior, W. (2013). Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 35(3), 785-798.

Starepravo, F. A., & Mezzadri, F. M. (2013). Gestão Pública de Esportes nos Municípios do Estado do Paraná (Brasil). In: D. M. AGUADO (Ed.), *La gestión desportiva municipal em Iberoamérica: Historia, teoría y práctica* (pp. 73–86). Madrid, Spain: Librerías Deportivas Esteban Sanz, S. L.

Tubino, M. J. G. (2010). *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem.

Tubino, M. J. G. (2006). *O que é esporte*. São Paulo: Brasiliense.

Wildavsky, A. (1992). *The Policy of Budgetary Process* (2. ed.). Boston: Little and Brown.

Zardo, A. F., de Souza, J., & Starepravo, F. A. (2018). Gestores do esporte e visões de política esportiva no Brasil (1937-2016): uma abordagem sociológica. *Motrivência*, 30(53), 119-133.

Recebido em: 12/07/2022

Aceite em: 19/10/2022

Endereço para correspondência:

Marcelo Curth

marcelocurth@feevale.br



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0